

LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE CONTADOR ESTÁ EM DEBATE



Instituído no início do governo Eurico Gaspar Dutra, em 27 de maio de 1946, o Decreto-lei 9.295 que determinou a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e regulamentou a profissão de contador, entre outras providências, deverá ser alterado nos próximos dois anos. O anteprojeto que trata das mudanças no decreto-lei está em fase de elaboração. Para a sua elaboração foram formadas uma comissão nacional sob responsabilidade do CFC e 27 comissões estaduais nos CRCs. Federações, sindicatos e profissionais da classe contábil também participam dos debates por meio de audiências públicas. A previsão é que o projeto de lei seja encaminhado ao Congresso Nacional até maio de 2007 e que em cerca de um ano a nova lei que rege a contabilidade esteja aprovada.

Os representantes da área são unânimes em dizer que a reformulação do Decreto-lei é de suma importância para a classe. Eles alegam que o profissional contábil aumentou o seu campo de atuação e a legislação não acompanhou as inovações ocorridas ao longo dos anos. Para a presidente do Conselho Federal, Maria Clara Bugarim, a renovação da lei é um desejo da classe contábil, que terá a oportunidade de participar amplamente da atualização da norma.



Na trilha de Tocqueville

Há pouco mais de dois anos, a revista *The Atlantic Monthly* propôs um desafio ao filósofo francês Bernard-Henri Lévy: atravessar os Estados Unidos refazendo os passos de seu conterrâneo Alexis de Tocqueville, que no século XIX desembarcou no país com o propósito de estudar o sistema penitenciário, mas acabou ampliando as pesquisas e escreveu sobre a jovem revolução democrática americana. Lévy aceitou o desafio e o resultado está no recém-lançado *American Vertigo*, um raio-X da identidade dos EUA.

EDITORIAL

Controle interno, o guardião antecipado da fraude

Lino Martins da Silva

A finalidade dos controles internos é chamar a atenção sobre situações de anormalidade que podem ser verificadas na contabilidade, nos relatórios e nos padrões de rendimento estabelecido. Na organização e na execução podem igualmente ocorrer conflitos de autoridade que coloquem em evidência situações que exijam atenção especial. Neste sentido, os órgãos de controle devem estar sempre atentos em relação a pessoas que exerçam alguma atividade, pois os alertas e as recomendações emitidos não podem ser desprezados.

A partir desta constatação, a Controladoria Geral do Município entra o exercício de 2007 na sua terceira fase de concepção, agora com a implementação da área de integração dos controles, incluindo um setor voltado para o estudo dos processos de trabalho. Com isso modifica a antiga visão de considerar as instituições pela sua estrutura organizacional e passa a olhá-la dentro de uma cadeia de valor voltada para a produção de bens e serviços. A integração dos controles terá a tarefa de identificar os macroprocessos que compõem a estrutura dinâmica procedendo à sua análise em conjunto com os gestores, tornar possível a discussão de fatores que contribuem positivamente para a produção dos serviços que fazem parte da missão de cada órgão e facilitar o processo de planejamento e produção do Plano Plurianual do governo.

Esta é mais uma etapa no sentido da profissionalização do sistema de controle do Município do Rio de Janeiro, que é o oposto do que se percebe em outros setores de controle interno que privilegiam a indicação de pessoas da confiança dos titulares dos órgãos dando preferência àqueles que conseguem transformar como corretos atos que, na essência, podem estar errados. Assim, muitos órgãos de controle exercem sua atividade mediante o exame de fatos ocorridos em outras entidades (como aplicação de convênios) e, quando atuam para dentro da organização, sofrem de um problema sério de visão: ora olhando somente os níveis mais baixos da hierarquia (atuando como corregedoria), ora defendendo governos de escândalos.

Com tal estrutura é fácil constatar que os órgãos de fiscalização e auditoria interna não operam como sinalizadores prévios de ações diretas que impliquem em fraude, desperdício ou práticas inadequadas. Órgãos cuja estrutura de controle mantenham essa visão up-down acabam, conscientes ou inconscientemente, deixando livres as ações praticadas pelos níveis mais altos da hierarquia. Além disso, a alternância dos governos e a ausência de um sistema de controle interno profissional têm revelado, ao longo dos anos, o risco de fraude em face da atração irresistível, no início das administrações, de serem anulados aqueles controles que na sua visão constituem burocracia inútil oriunda de governos passados.

A experiência mostra que, embora os controles internos sobre os relatórios financeiros possam estar bem projetados e serem efetivos, muitas vezes administradores bem intencionados resolvem eliminá-los a pretexto de simplificação e desburocratização. A consequência será uma vulnerabilidade que irá irrigar campo propício para a ocorrência de fraudes. Nestes casos, a ausência de um sistema de controle profissional sempre levará os usuários das informações produzidas pelo controle interno a duvidarem dessa anulação: se foi inconsciente ou consciente, tendo nesta última hipótese o objetivo de provocar uma vulnerabilidade nos níveis de segurança que tais controles pretendiam assegurar.

Lei que regulamenta a profissão de contador está em debate

Luiz Antonio Balaminut, presidente do CRC de São Paulo acredita que é importante o texto legal acompanhar a evolução profissional, com suas atribuições e



responsabilidades sociais. "Queremos nos alinhar aos padrões internacionais. A lei atual tem muitas lacunas que devem ser preenchidas. Uma delas é o fato de não constar a prerrogativa do CFC de editar as Normas Brasileiras de Contabilidade. Esse direito foi adquirido pelo uso e costume há 20 anos", afirma. "Vamos atualizar a profissão de maneira a abranger o máximo possível todas as especialidades financeiras, como auditoria e perícia, sem esquecer da área educacional e de empresas contábeis", diz. César Alberto Ponte Dura, coordenador da comissão do CRC do Paraná, reconhece

que as mudanças são um grande passo para a classe contábil: "pela primeira vez vamos poder criar a nossa lei. São pessoas entendidas no assunto que vão discutir o que está certo e o que está errado. Este é um momento ímpar para a comunidade contábil".

A carreira de técnico em contabilidade, por exemplo, é polêmica entre os contadores. Prevê-se que a emissão de registros para técnicos seja extinta após um período. O ponto de discórdia diz respeito à concessão do registro de contador para os técnicos em contabilidade. A primeira versão do anteprojeto, elaborada pela comissão nacional e considerando sugestões das comissões estaduais, sugere que os técnicos tenham as mesmas prerrogativas dos contadores, mas com algumas exceções, tais como: exercer cargos de presidente de Conselhos de Contabilidade, ser professor de disciplinas contábeis e realizar auditorias, revisões contábeis e perícias judiciais. Apenas depois de cinco anos do exercício da profissão e da aprovação em exame específico o contador provisionado poderá adquirir todos os direitos dos contadores e os títulos serão concedidos por um período máximo de cinco anos após a promulgação da lei.

O presidente do CRC de Pernambuco, Nelson Mitimasa Jinzenji, aposta na extinção dos cursos de técnico em contabilidade: "abolindo-se os cursos de técnico em contabilidade, extingue-se a concessão de novos registros por impossibilidade de cumprimento da lei, mas mantém-se o direito adquirido dos técnicos", sugere.

Já o coordenador da comissão do CRC de Santa Catarina, Lourival Amorim, é contra a proposta de transformar técnico em contabilidade em contador. "Será um grande desestímulo aos atuais técnicos que estão cursando Ciências Contábeis. A transformação de técnicos em contadores numa 'canetada' trará prejuízos irreparáveis à imagem da categoria". Amorim recomenda a concessão do registro apenas aos técnicos já formados de acordo com as prerrogativas atuais. O representante do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibraco) defende que os técnicos complementem a sua formação: "seria mais apropriado que houvesse a obrigatoriedade de os técnicos cursarem algumas disciplinas complementares para a obtenção do grau de bacharelado. Eventualmente deveria se requerer o cumprimento de exame específico de suficiência, com cobertura adequada para assuntos na formação de contador, incluindo auditoria", diz Plínio Biscalchin.

Entre as outras sugestões apresentadas pelos conselhos regionais para compor o anteprojeto estão: a eleição direta para presidente dos CRCs; a redução do repasse dos recursos arrecadados pelos conselhos regionais ao conselho federal; o estágio profissional para acadêmicos de ciências contábeis; e a classificação de atividades a serem exercidas exclusivamente por contadores - como a prestação de contas eleitorais de candidatos e partidos políticos, o magistério das disciplinas de contabilidade e a participação em bancas examinadoras e comissões julgadoras de concursos.

Exame

Um ponto de consenso entre os contabilistas é o exame de suficiência, suspenso em 2005 por determinação da justiça, pois foi criado por meio de resolução e não por lei específica. Para o coordenador da comissão do CRC do Espírito Santo, João Alfredo de Souza Ramos, o exame tem como objetivo proteger a sociedade de profissionais não preparados. O presidente da comissão do CRC de Mato Grosso, João Santana de

Proença, concorda: "esperamos o retorno do exame com a máxima brevidade para que o próprio sistema possa selecionar os profissionais que estejam realmente capacitados". Ele acrescenta que as seqüelas podem ser graves tanto para o mercado de trabalho quanto para o profissional que se habilitou sem o devido preparo. Para Plínio Biscalchin, coordenador de assuntos técnicos do Ibracon, o exame é uma exigência da realidade da formação universitária brasileira, que se deteriorou bastante nas últimas décadas: "o aluno, ao se formar, na verdade não está formado. Falta-lhe muito, seja em termos conceituais, seja em termos técnico-profissionais", avalia.

Caminho para superar a exclusão digital passa pelos municípios

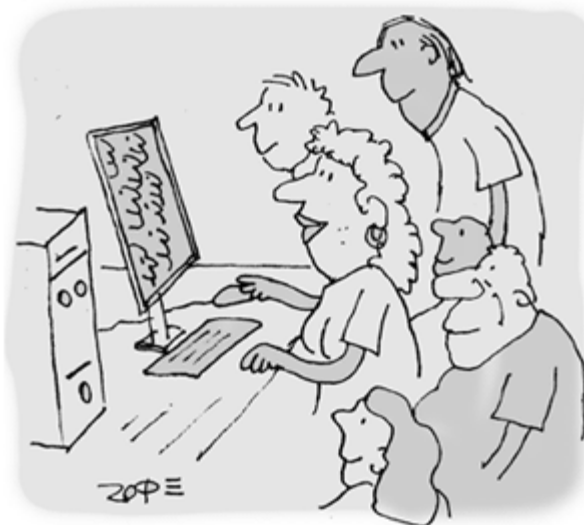
De acordo com a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de 120 milhões brasileiros ainda não têm acesso à internet, de forma habitual, em suas casas, postos de atendimento, bibliotecas ou escolas. Para tentar superar essa circunstância, a exclusão digital tem sido objeto de algumas iniciativas em vários pontos do país - um das ações mais recentes foi a realização do seminário intitulado Internet para todos, que reuniu especialistas e políticos no mês de novembro na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a proposta de focalizar a estratégia nos municípios.

O principal ponto deste debate em torno de uma política de inclusão digital são os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que hoje somam mais de R\$ 4 bilhões sem uso devido a entraves burocráticos. Criado em 2000, o Fust nunca foi efetivamente utilizado. Seus recursos provêm da contribuição compulsória de 1% da receita instituída das operadoras de telefonia, mas entraves legais gerados pela falta de clareza do texto impediram, até agora, a liberação dessa verba, que está congelada nos cofres públicos e contribui para a geração de superávit primário pelo governo federal.

Idealizadora do seminário Internet para todos, a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) é a relatora do projeto de lei 3.839, apresentado em 2000 pelo deputado Íris Simões (PTB-PR), que prevê que os recursos não utilizados do FUST sejam utilizados pelas prefeituras brasileiras para que estas executem planos de acesso da população à internet. O projeto propõe alterações para "afrouxar" a legislação do FUST, no sentido de permitir o repasse do dinheiro aos municípios. A expectativa é de que, depois dos vários trâmites, o projeto seja votado na próxima legislatura que se inicia em 2007. Erundina defende que a democratização do acesso à web é necessária e deve passar obrigatoriamente pela esfera governamental.

Um dos municípios brasileiros que já executa uma proposta que pode ser considerada sucesso no desafio de popularização da web é Sud Mennucci, localizado no noroeste do estado de São Paulo. Lá, desde 2002 a prefeitura oferece internet sem fio de graça para a população, de cerca de 8 mil habitantes. A iniciativa atende 23% das residências e 83% da comunidade, em locais como centros de atendimento e escolas. "Isso nos ajudou inclusive a ter o quarto melhor ensino do estado, além de reduzir em 25% o custo com telefonia na prefeitura, economia mais do que suficiente para pagar o link que abastece a cidade", diz Sérgio Soares, chefe do Departamento de Informática Sud Mennucci. Ele conta que o projeto surgiu da necessidade de o município de ter um acesso rápido à rede mundial de computadores, num período em que não havia nenhum provedor na cidade: "a nossa iniciativa é totalmente pioneira: a idéia era criar um canal de comunicação para o tráfego de dados, mas também compartilhar a internet com a população". Soares lembra que há outras prefeituras com experiências interessantes na área de informática, porém voltadas apenas para a administração pública.

Esse programa fez com que Sud Mennucci fosse procurada por representantes de outras cidades interessados em implantar sistema semelhante: hoje o Departamento de Informática local presta consultoria a prefeituras de municípios de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de São Paulo. "O caminho está aberto a outras cidades, até porque a iniciativa, além de inovadora, é simples e barata", diz



Soares. A prefeitura do município fluminense de Duas Barras, por exemplo, usou a experiência da cidade paulista e atualmente desenvolve projeto bastante semelhante. Soares diz que apenas em 2006 sua equipe trabalhou em aproximadamente 15 projetos do tipo. Em Sud Mennucci, a iniciativa pioneira proporcionou uma divulgação que resultou em investimentos para a cidade.

O projeto que está tramitando no Congresso também tem o apoio da Associação Brasileira de Municípios. O diretor-executivo da ABM, José Carlos Rassier, informa que para isso a entidade está "fazendo um 'lobby do bem' e espera que a matéria seja aprovada". Ele participou do seminário em Brasília, com a apresentação de um painel sobre modelos de implantação e de sustentabilidade de sistemas de acesso à internet. Para Rassier a prioridade é que os recursos do Fust sejam destinados inicialmente a cidades de pequeno e médio porte, o que irá viabilizar iniciativas como a instalação de telecentros nos pontos mais isolados do país. "Uma política pública contra a exclusão digital é fundamental, ainda mais levando em conta a previsão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) de que a universalização da internet só deve ocorrer no Brasil por volta de 2015", destaca.

ENTREVISTA

Valmir Campelo, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)



Formado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília e ex-deputado federal e senador, o ministro do TCU Valmir Campelo também foi diretor administrativo da Fundação do Serviço Social do Governo do Distrito Federal e da Sociedade de Abastecimento de Brasília, chefe de gabinete do Secretário de Governo do Distrito Federal, administrador regional de Brazlândia, Gama e Taguatinga e membro do Conselho da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central e da Assembléia Nacional Constituinte. Em 1997 tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União, de onde foi presidente e vice-presidente. Campelo foi o relator da auditoria operacional do

TCU que analisou o Programa Governo Eletrônico Federal e é sobre esse assunto que ele fala nesta entrevista.

Pre\$tando Conta\$ - Quais foram os principais pontos detectados pelo TCU após a análise do programa Governo Eletrônico?

Valmir Campelo - Três questões de auditoria nortearam a execução da avaliação: ações de coordenação e articulação do Programa; mecanismos de monitoramento e avaliação como meio de aprimoramento da prestação dos serviços eletrônicos e prestação de serviços públicos eletrônicos orientados diretamente ao cidadão que tem acesso à internet. Em relação às ações de coordenação e articulação foram constatados enfraquecimento das instâncias de discussão e formulação da política de governo eletrônico e divulgação deficiente das diretrizes e documentos gerados pelo programa Governo Eletrônico. Identificou-se ainda insuficiência de monitoramento e avaliação da prestação de serviços públicos eletrônicos, tanto pela coordenação do Programa como no âmbito interno dos órgãos da administração pública federal e divulgação deficiente de boas práticas de governo eletrônico. Quanto à prestação de serviços públicos eletrônicos, observou-se baixa porcentagem de serviços transacionais, orientados diretamente ao cidadão, e inobservância de recomendações técnicas propostas nos documentos gerados pelo Programa que facilitariam o acesso e o uso de serviços públicos eletrônicos pelo cidadão.

Pre\$tando Conta\$ - Poderia citar as recomendações mais importantes?

Valmir Campelo - As recomendações da auditoria em relação à revisão do modelo institucional trazem oportunidades de melhorias na periodicidade de reuniões da instância estratégica do Programa e na forma como suas normas são editadas, com possíveis benefícios para a divulgação de diretrizes junto aos órgãos federais. A partir do melhor conhecimento do Programa, espera-se maior adesão por parte dos gestores e órgãos envolvidos. Em relação à implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação de serviços públicos eletrônicos, as recomendações feitas pelo TCU podem contribuir para a troca de experiências e divulgação de boas práticas entre os gestores públicos, ao mesmo tempo em que constituem instrumentos para correção dos rumos da política. O desenvolvimento de um conjunto mínimo de indicadores é um

exemplo de medida capaz de fornecer dados gerenciais para o aprimoramento dos serviços públicos na internet.

Pre\$tando Conta\$ - E em relação aos serviços disponíveis aos cidadãos?

Valmir Campelo - O Programa tem oportunidade de melhorar seu desempenho ao orientar os órgãos públicos a terem melhor conhecimento do público-alvo de seus serviços eletrônicos, de suas necessidades e opiniões sobre a qualidade desses serviços. A identificação de serviços prioritários sob o ponto de vista do cidadão e a avaliação de sua adaptação ou implementação na internet são recomendações que podem trazer maior satisfação dos usuários de serviços públicos eletrônicos. A implementação das recomendações justifica-se pela necessidade de consolidar o governo eletrônico como uma importante política de gestão pública no país, capaz não só de fornecer ganhos em eficiência para o Estado, a partir da economia de recursos e melhoria de processos internos dos órgãos de sua estrutura, e de propiciar a oferta de serviços públicos eletrônicos com maior rapidez e comodidade ao cidadão.

Pre\$tando Conta\$ - Como foi feita a pesquisa?

Valmir Campelo - Para responder às duas primeiras questões de auditoria, além da pesquisa documental e entrevistas com os gestores do Programa, foram elaborados e enviados questionários, por correio eletrônico, a gestores dos portais web. Foram realizados também grupos focais com os coordenadores, pesquisadores e organizações independentes. A estratégia metodológica baseou-se em tese de doutorado sobre avaliação de governo eletrônico, defendida na Universidade de Brasília por servidora do Tribunal, o que demonstra seu rigor científico na construção dos instrumentos de pesquisa, na coleta e na análise de dados.

Pre\$tando Conta\$ - Quais as conseqüências da falta de unificação no e-gov?

Valmir Campelo - Caso seja mantida a decisão tomada pela Subsecretaria de Comunicação Institucional (Secom) e pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação em novembro de 2005, haverá redundância de trabalho e conseqüente desperdício de recursos pela existência de dois portais com apresentação de serviços: o Portal Brasil, sob responsabilidade da Secom, e o Rede Governo, mantido pela SLTI. Segundo o Departamento de Governo Eletrônico, o portal Rede Governo será redesenhado para oferecer apenas serviços eletrônicos federais, ao passo que o Portal Brasil oferecerá, além desses, serviços de outras esferas de governo. Essa decisão de manter dois portais de serviços públicos está em desacordo com a diretriz do Programa que trata da centralização e simplificação do acesso à internet, como previsto no art. 3º, inciso IV, da Resolução CEGE nº 7/2002 (verificação de existência de sítios com igual propósito). Cabe à Casa Civil, como presidente do Comitê Executivo de Governo Eletrônico, decidir qual a melhor estratégia (portal único ou não) e definir claramente responsabilidades.

ENTREVISTA

Valmir Campelo, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Pre\$tando Conta\$ - A auditoria tomou como parâmetro alguma política de e-gov no exterior?

Valmir Campelo - Não, mas usou como referências bibliográficas para seu planejamento relatórios da Australian National Audit Office, entidade fiscalizadora superior australiana. Não houve, porém, qualquer comparação entre o governo eletrônico brasileiro e o australiano, até porque não era objetivo da auditoria. Cada país tem suas peculiaridades e deve-se tomar muito cuidado ao tentar importar modelos externos sem as devidas adaptações. E comparar iniciativas de e-gov antes de realizar auto-avaliações parece inverter a ordem natural das coisas.

Pre\$tando Conta\$ - Que melhorias poderiam ocorrer nos serviços prestados pela internet?

Valmir Campelo - Um governo eletrônico mais eficiente e efetivo poderia oferecer serviços inteiramente prestados pela internet, sem necessidade de deslocamento do cidadão até as agências prestadoras dos serviços para complementação de seu processo; serviços mais fáceis até para quem não tem o costume de

usar a internet; serviços que eliminem, ou pelo menos diminuam, o processamento em papel; serviços direcionados às classes sociais menos favorecidas; serviços estruturados de acordo com as necessidades e perfil de seu público-alvo; serviços que utilizem tecnologias inclusivas, que permitam acesso amplo a portadores de necessidades especiais, cidadãos de baixa renda e escolaridade.

Pre\$tando Conta\$ - Que exemplo brasileiro de e-gov o senhor destacaria como bom prestador de serviço à população?

Valmir Campelo - Apesar de não ter sido objeto de avaliação em auditorias do TCU, creio que poderíamos citar a Declaração de Imposto de Renda pela internet, da Secretaria da Receita Federal, pelos inúmeros prêmios nacionais e internacionais recebidos desde 1998 e por sua alta taxa de adoção pelos contribuintes, em substituição aos outros meios tradicionais de entrega da declaração em papel ou disquete, propiciando mais rapidez e comodidade ao cidadão, além de redução de custos para o governo.

Pre\$tando Conta\$ - O que precisa ser feito para difundir a cultura do e-gov e evitar filas na solicitação de serviços?

Valmir Campelo - Além de tornar os serviços públicos eletrônicos mais eficientes e efetivos, com processos inteiramente prestados pela internet, é preciso divulgá-los amplamente. A população conhece pouco sobre o governo eletrônico e, por desconhecer os serviços disponíveis, acaba se deslocando até as agências prestadoras dos serviços, formando filas, congestionando até mesmo o atendimento a outros serviços não eletrônicos, que necessitam da presença do cidadão. Antes disso, porém, há a necessidade de o governo difundir a cultura de e-gov por meio de ações de inclusão digital, pois não basta divulgar um programa que depende de uma tecnologia (internet) para ser utilizado pela população que, em sua grande maioria, não tem condições de acessá-la.

Pre\$tando Conta\$ - Como o governo poderia concretizar a chamada inclusão digital?

Valmir Campelo - Ações de inclusão digital poderiam englobar parcerias entre as diversas esferas de governo, empresas privadas, organizações não governamentais, escolas e universidades para melhoria de renda e nível educacional da população, assim como para tornar disponíveis, a baixo custo, equipamentos computacionais, acesso à internet e correio eletrônico. É preciso fortalecer não só o lado tecnológico, mas também o lado educacional e de renda da população.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é a sua avaliação da acessibilidade ao e-gov para pessoas portadoras de deficiência?

Valmir Campelo - Dos 76 gestores de portais da administração federal que participaram da pesquisa online promovida nesta auditoria do e-gov, apenas 14% afirmaram que adotam a Cartilha Técnica de Acessibilidade desenvolvida pelo Programa Governo Eletrônico. As recomendações dessa cartilha, se adotadas amplamente, facilitariam o acesso e o uso do e-gov por pessoas portadoras de deficiência. Entre as recomendações de acessibilidade não atendidas pelos serviços eletrônicos públicos avaliados nessa auditoria, consideradas como falhas graves pela equipe estão: a falta de equivalente textual às imagens apresentadas, principalmente quando tais imagens são imprescindíveis para o processamento dos serviços eletrônicos, tais como os botões "gravar" e "limpar". A falta de equivalentes textuais para tais elementos visuais impede que o software leitor de tela, usado por deficientes visuais, identifique tais ações necessárias à solicitação dos serviços eletrônicos. O uso de tecnologias inclusivas e não excludentes que garantam o acesso universal, abrangendo portadores de necessidades especiais, cidadãos de baixa escolaridade e usuários de diversas plataformas, é uma das diretrizes para a garantia do foco no cidadão.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a importância da tecnologia da informação para a administração pública?

Valmir Campelo - É notória a dependência que as organizações atuais têm dos sistemas informatizados. Cresce a quantidade e a complexidade de sistemas computacionais que controlam os mais variados tipos de operações e o próprio fluxo de informações nas organizações. Grande parte dos órgãos e entidades sob a jurisdição do Tribunal já utiliza a tecnologia da informação para automatizar sua operação, registrar, processar, manter e apresentar informações. A evolução da tecnologia da informação está provocando

sensíveis alterações no funcionamento do Estado, sob diferentes aspectos, como: capacitação profissional; armazenamento, tratamento e disseminação de dados e informações; relacionamento entre a sociedade e o Estado e entre órgãos públicos. Iniciativas do governo federal, como o e-gov, sistemas integrados de administração financeira e de pessoal e o sistema de compras pela internet, entre outras, fortalecem a certeza de que a tendência é ampliar o uso de TI. A informatização crescente demanda especial atenção das organizações, uma vez que a utilização da tecnologia da informação para manipulação e armazenamento de dados introduz novos riscos e aumenta a fragilidade de algumas atividades. Assim, torna-se essencial a atenção dos gestores públicos para as questões relacionadas à segurança da tecnologia da informação e à qualidade dos sistemas informatizados disponíveis ao público.

Seminário de contabilidade debate inserção profissional e acadêmica



Professores, profissionais e estudantes se reuniram em novembro na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) para discutir, durante o VIII Encontro do Mestrado em Ciências Contábeis, o tema "A contabilidade no século XXI: os desafios da inserção profissional e acadêmica". A conferência de abertura ficou a cargo do representante da área, professor Tomás de Aquino Guimarães, da Universidade de Brasília e presidente da Comissão de Avaliação da Capes para Contabilidade, Administração e Turismo.

Aquino abordou o papel da pós-graduação na formação profissional dos contadores e lamentou a carência de mestres e doutores no campo. Hoje a proporção de pessoas com doutorado, em relação ao total de contadores, é de cerca de um para 2 mil. Uma novidade que se apresenta é o projeto conduzido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que pode eliminar os cursos técnicos e fixar a área como objeto de estudo exclusivo do ensino superior.

Segundo dados oficiais de 2004 apresentados pelo professor, existiam naquele período apenas 12 programas de pós-graduação em contabilidade e, desses, apenas um com doutorado. Ele destacou ainda que em novembro de 2006 novos cursos foram aprovados pela Capes e que a marca deve chegar a 17 mestrados e dois doutorados no próximo levantamento. Para Tomás de Aquino Guimarães, as regiões Norte e Centro-Oeste são as mais carentes de cursos strico sensu. Aquino também ressaltou que, no atual ritmo, seriam necessários cerca de 20 anos para atender a demanda de formação de mestres e doutores em Ciências Contábeis no país, o que para ele é preocupante, porque "precisamos formar indivíduos críticos para pensar a carreira como área de conhecimento".

Apesar desse quadro de carência de cursos de pós-graduação, a contribuição brasileira na produção científica mundial na área de contabilidade tem aumentado recentemente. Aquino lembrou que há dez anos o percentual de publicações era de 0,75% e hoje é de 1,8% aproximadamente. "Uma das vantagens que observo na contabilidade é o apoio do CFC e de alguns Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) para a pesquisa", disse. Guimarães ressaltou que o quesito "produção intelectual", na avaliação do MEC, representa a maior parte (35%) do conceito atribuído aos cursos de pós, "e a produção só vale se é divulgada, disseminada, o que tem de ser privilegiado", explicou. Ele entende que além da produção bibliográfica, a produção tecnológica e técnica - que de alguma forma interfira na realidade prática (metodologias, patentes, softwares, etc) - também deve ser incentivada.

Ilse Maria Beuren, coordenadora do mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (Furb), fez um resumo da área contábil nos Estados Unidos e tratou do estado da arte na pesquisa em contabilidade no Brasil, por meio de um panorama da pós-graduação, eventos, periódicos e produção científica brasileira na área. Segundo Ilse, nos Estados Unidos os alunos terminam o curso de Ciências Contábeis empregados, pois há demanda de mercado: "a procura por contadores aumentou consideravelmente após os escândalos contábeis em empresas como Enron e WorldCom", disse. Lá, a formação em contabilidade está em primeiro lugar na busca por cursos universitários, à frente de

engenharia elétrica, engenharia mecânica, administração e economia.

Entre os dados apresentados sobre a formação acadêmica no Brasil, Ilse disse que atualmente existem 951 cursos de Ciências Contábeis, a maior parte concentrada no Sudeste - 395 no total, dos quais 211 em São Paulo, 61 no Rio de Janeiro, 98 em Minas Gerais e 25 no Espírito Santo. Apesar do número elevado de cursos, a professora da Furb revelou que desde 2005 a pontuação dos trabalhos apresentados em eventos está caindo: o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad) e o Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade são os únicos eventos da área classificados com conceito A, enquanto o Congresso Brasileiro de Custos recebeu conceito B.

Além disso, dos cinco periódicos nacionais classificados pela Capes, a Revista de Contabilidade & Finanças, da FEA/USP, é a única com conceito A. Segundo Ilse, os trabalhos sobre Ciências Contábeis publicados no Brasil se dividem nas seguintes categorias: estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, proposta de modelo empírico, pesquisa ação e experimental. Em linhas gerais, ela considera que houve um avanço nos estudos da contabilidade no Brasil impulsionado pelos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis.

O VIII Encontro do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro. Também recebeu como palestrantes os professores Vicente Ripoll Feliu, da Universidade de Valencia, na Espanha; José Alonso Borba, da Universidade Federal de Santa Catarina; Hudolf Hohn, ex-presidente da IBM; e Júlio Sérgio Cardoso, da Uerj. Dentre os 47 trabalhos recebidos, 26 foram selecionados para apresentação e trataram de assuntos como: a formação do professor no ensino superior, a contribuição do contador para a gestão no terceiro setor, educação fiscal, contabilidade governamental, perícia contábil, correção monetária, técnicas de auditoria e fraudes eletrônicas. Segundo a organização, 290 pessoas estiveram presentes ao evento.

ESTANTE

A identidade americana posta em xeque, pós 11 de setembro



American Vertigo
Bernard-Henri Lévy
São Paulo:
Companhia das Letras, 2006. 398 p.

Bernard-Henri Lévy - ou BHL, já que em seu país só é chamado pela sigla - é um intelectual francês heterodoxo: escreve como "gente normal" e não cultiva um antiamericanismo comum na França. Entre a campanha eleitoral que reelegeu o republicano George W. Bush, em 2004, e o verão de 2005, quando o furacão Katrina devastou Nova Orleans, o filósofo de 58 anos percorreu o território dos Estados Unidos de ponta a ponta, a convite da revista The Atlantic Monthly e o resultado está no road-book recém-chegado às livrarias intitulado American Vertigo. O volume é a versão ampliada de uma série de artigos publicados no ano passado na revista e tenta refazer, 173 anos mais tarde, os passos do então jovem aristocrata Alexis de Tocqueville, conterrâneo de BHL que em 1831 viajou à América para estudar o sistema penitenciário.

Impressionado com o triunfo da revolução democrática americana, fenômeno que no velho continente assustava os monarquistas e conservadores, Tocqueville acabou ampliando suas pesquisas e as reuniu no

clássico A democracia na América, hoje em dia pouco lembrado. Henri Lévy diz no prólogo de American Vertigo que descobriu tardiamente o autor e que o inspirador de sua viagem foi visto por um bom tempo entre a intelligentsia como um pensador de segunda categoria. Depois de se debruçar sobre os escritos de Tocqueville, o filósofo partiu para os Estados Unidos com um projeto que ia também muito além da análise das engrenagens do sistema prisional.

BHL visitou várias prisões, é verdade, entre elas a misteriosa Rikers Island, que não figura em todos os mapas de Nova York, e Guantanamo, na base militar de Cuba. Ele escreve uma passagem intitulada "Dize-me como são tuas prisões..." no qual afirma que "interrogar" um sistema penitenciário é esperar uma resposta sobre a natureza da sociedade em que se inscreve, escutando "não só o que ele esconde mas como esconde". O filósofo francês também entrevistou gente como Woody Allen e Georges Soros, sobrevoou a cerca eletrificada que separa os Estados Unidos do México, foi a lugares díspares como comícios eleitorais, clubes de sexo grupal e clínicas de emagrecimento, perseguiu os rastros de Ernest Hemingway, Zelda e Scott Fitzgerald, Martin Luther King e Jack Kerouac. Este último é citado como outra fonte de inspiração da viagem, com o seu On the road, como breviário anexo e secreto. Henri Lévy nos conduz pelas páginas com faro de jornalista e raciocínio de filósofo, fazendo uma bem dosada mistura de pesquisa acadêmica e jornalismo investigativo.

O autor pesquisa e questiona o apego dos americanos por sua bandeira, por exemplo. É uma das primeiras de suas considerações, logo ao desembarcar em Newport, sul de Boston, de onde Tocqueville também começou no século retrasado. "É estranha essa obsessão pela bandeira. É incompreensível para alguém que, feito eu, vem de um país sem bandeira, onde a bandeira, por assim dizer, desapareceu, (...) onde sua nostalgia, a preocupação com ela, sua própria evocação são sinais de um passadismo que se tornou ridículo", escreve. Questiona o filósofo: efeito do 11 de setembro, a sua profusão pelas ruas, ou uma relação mais antiga e conflituosa?

American Vertigo também trata da adoração dos Estados Unidos pelas armas de fogo. "Armados feitos nazistas" é o título de uma passagem, e a visão de uma feira popular de armas é aterradora. BHL fala ainda sobre o período da escravidão e seus recalques, sobre religião e fanatismo, sobre a epidemia de obesidade, sobre política, segurança e a instalação cada vez maior de máquinas sub-reptícias de vigilância e controle comunitário. Estaria o modelo em pane, a democracia em crise, o país em uma guinada de sua história? O autor não responde a todas as perguntas, mas não abandona nunca o olhar crítico. Isso sem deixar de falar também do empreendedorismo e outras qualidades do povo americano.

Um laboratório do melhor e do pior é como Estados Unidos são tratados neste livro do pensador que integrou o grupo dos "novos filósofos" nos anos 70 e publicou best-sellers como A barbárie de rosto humano e obras como Os últimos dias de Charles Baudelaire e os documentários Bosna! e Um dia na morte de Sarajevo. No novo livro, os 20 mil quilômetros do misto de diário de bordo e reportagem de idéias conseguem reunir, ao final, um bom painel da nação que fascina pelas instituições e pela cultura de massas, mas que também é capaz de suscitar os piores rancores, como é dito no início de American Vertigo. Quem se interessa pela identidade americana vai gostar.

Controladoria do Rio é referência para visitantes de outros estados



Controle interno e transparência são temas que ganharam destaque no Brasil nos últimos anos e os dois são assuntos que dizem respeito à área de atuação da Controladoria Geral do Município do Rio. Assim, não é por acaso que nos últimos três anos a CGM Rio recebeu mais de 20 visitas de técnicos de controle interno de 11 estados, o que em média representa um grupo de visitantes a cada dois meses. Como a troca de experiências é requisito importante para o desenvolvimento de organizações públicas, o principal retorno tem sido o intercâmbio de informações entre técnicos de diversos estados.

Equipes da Controladoria de Vitória, ES estiveram na CGM mais de uma vez e as visitas contribuíram para a sua criação no início de 2006 com um modelo similar ao da Controladoria do Rio, informa a subcontroladora Valéria Freitas. Ela conta que o manual de auditoria operacional, por exemplo, foi muito usado durante o processo de instalação da secretaria. Entre as diferenças, Valéria explica que a maior é o fato de a contabilidade, em Vitória, constar da estrutura da pasta da Fazenda. Além da prefeitura da capital, a CGM também recebeu visitas de representantes do estado do Espírito Santo.

Entre os visitantes do Nordeste, o mais recente foi o Controlador Geral de Salvador, Artur Chaves, em agosto de 2006. "A visão que tivemos deu subsídios para refletirmos sobre nossos processos e melhorá-los", diz ele, que ficou impressionado com a velocidade de procedimentos, como a validação de processos de pagamento que está em um estágio superior ao da Controladoria de Salvador, criada há oito anos. "Vamos nos inspirar no modelo e editaremos um manual de normas e procedimentos de controle interno como o da Controladoria do Rio", disse ele, destacando que o controle de custos é outra área que tomará a CGM Rio como referência. A Controladoria de São Luís, no Maranhão, criada em 2004, também colheu frutos da visita dos seus técnicos: "resolvemos copiar o sistema do Rio e estamos implantando uma central de liquidação", revelou o controlador Valmir Araújo.

A visita da equipe da cidade de Itaboraí, RJ em 2003 resultou na implantação de mecanismos de controle fundamentados em processos repassados pelos técnicos da Controladoria do Rio, segundo o Controlador Haroldo Campos. "Por enquanto, controlamos despesas por setores e unidades administrativas. Estamos na fase de estudos e não chegamos ainda no grau de detalhamento da prefeitura carioca", diz. A visita da Controladoria de Itaboraí aconteceu antes de sua criação em 2005. Técnicos do setor lembram que a prefeitura daquele município tinha apenas uma Comissão de Controle Interno atuando quase exclusivamente na liquidação de processos, quando estiveram na CGM Rio. Já Carlos Henrique Mattos, Controlador Geral de Barra do Piraí, também no estado do Rio, diz que a sua pasta, criada em 2001, ainda tem deficiências de estrutura e de pessoal: ele tem projetos de promover uma reestruturação na área e, para isso, pretende agendar outra visita.

Assessor de controle interno da Controladoria de Ipatinga, em Minas Gerais, Walisson de Lima esteve na CGM em julho deste ano e concentrou a vinda da sua equipe em um tema específico, a tomada de contas especial, "determinação do Tribunal de Contas do Estado sobre a qual não tínhamos conhecimento", relata. Para ele o contato foi vantajoso, tanto no campo teórico quanto no prático, pois os servidores conheceram

leis e documentos agora em análise em Ipatinga, que implantou o controle em 2001.

Técnicos de Manaus, do estado de Sergipe e da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) também estiveram entre os grupos de visitantes recebidos pela Controladoria do Rio nos últimos três anos. Para Antonio Cesar Cavalcanti, assessor especial da CGM, a procura por visitas é significativa. "Há três fatores que contribuem para isso: sermos a primeira controladoria municipal (em dezembro de 1993 o Rio se tornou a primeira cidade a ter um órgão de controle), termos alguns trabalhos que ganharam visibilidade e a própria figura do Controlador, já que o professor Lino Martins é conhecido na área pública e no meio acadêmico", diz ele.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Otavio Leite

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Janaína Soares e Thiago La Vega

Editoração: Gabriel Campano

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes